

OPINIÃO, PONTO DE VISTA E PERSPECTIVA - A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA E AS QUESTÕES DE OBJETIVIDADE/VERDADE EM HISTÓRIA

Marília Gago¹

Resumo: As sociedades atuais lidam com um crescente manancial de informação fruto de diversas origens, divulgado por vários meios e construída com base em preocupações, interesses e olhares distintos. Com frequência utilizam-se as expressões “opinião”, “ponto de vista” e “perspetiva” sem se debaterem quais os significados e que ideias dão corpo a estas expressões/conceitos. Propõem-se este debate atendendo às concepções idealistas passando pelo Pós-modernismo e pelo “realismo crítico interno”. Partilha-se a perspetiva que a História é uma ciência que desenvolve o modo de compreender a realidade humana e considera-se necessário que este debate seja realizado com o objetivo de conscientemente se tomarem decisões válidas no percurso histórico. A narrativa histórica, face material da História, independentemente do suporte que utiliza, é natural e legitimamente multiperspetivada, considerando-se que é no criticismo mútuo que a validade pode emergir nas formas mais sofisticadas e se pode construir a compreensão histórica de forma intersperspetivada. Este debate poderá contribuir para que os ruídos constantes que espelham interesses relativamente à(s) verdade(s) histórica(s) possam fazer emergir ideias e narrativas históricas mais sofisticadas construídas no diálogo múltiplo e plural.

Palavras chave – opinião; ponto de vista; perspetiva; narrativa histórica; “realismo crítico interno”.

OPINION, POINT OF VIEW AND PERSPECTIVE – THE CONSTRUCTION OF HISTORICAL NARRATIVE AND THE QUESTIONS OF OBJECTIVITY/TRUTH IN HISTORY

Abstract - Today's societies deal with a growing stream of information from a variety of backgrounds, disseminated by several resources/channels and built on different concerns, interests and views. Often the expressions “opinion”, “point of view” and “perspective” are used without debating which meanings and ideas give shape to these expressions/concepts. This proposal aims to debate how idealistic conceptions, postmodernism and the “internal critical realism” understanding of the previous concepts. Our perspective is that history is a science that develops how we understand human reality and that debate is considered necessary to promote make decisions consciously. Historical narrative, the material face of history, regardless of its support, is natural and legitimately multiperspective, considering that it is in mutual criticism that validity can emerge in the most sophisticated forms and we can construct historical understanding in an intersperspetived way. This debate may contribute to clarify frequent “noises” that mirror interests relative to the historical truth(s) that can bring more sophisticated historical ideas and narratives built up in multiple and plural dialogue.

Key words – opinion; point of view; perspective; historical narrative; “internal critical realism”.

OPINIÓN, PUNTO DE VISTA Y PERSPECTIVA - LA CONSTRUCCIÓN DE LA NARRATIVA HISTÓRICA Y LAS CUESTIONES DE OBJETIVIDAD / VERDAD EN HISTORIA

Resumem - Las sociedades actuales tratan con un creciente manancial de información fruto de diversos orígenes, divulgado por varios medios y construido sobre la base de preocupaciones, intereses y miradas distintas. Con frecuencia se utilizan las expresiones “opinión”, “punto de vista” y “perspetiva” sin debatir qué significados y qué ideas dan cuerpo a estas expresiones / conceptos. Se propone este debate atendiendo a las concepciones idealistas pasando por el post-modernismo y por el “realismo crítico interno”. Se comparte la perspectiva que la Historia es una ciencia que desarrolla el modo de comprender la realidad humana y se considera necesario que este debate se realice con el objetivo de tomar conscientemente decisiones válidas en el recorrido histórico. La narración histórica, face material de la historia, independentemente del soporte que utiliza, es natural y legitimamente multiperspectivada, considerando que es en el criticismo mutuo que la validez puede emerger en las formas más sofisticadas y podremos construir la comprensión histórica de forma intersperspetivada. Este debate puede contribuir a que los ruidos constantes que reflejen intereses con respecto a l (s) verdad (s) histórica(s) puedan hacer emerger ideas y narraciones históricas más sofisticadas construidas en el diálogo múltiple y plural.

Palabras-clave - opinión, punto de vista; perspetiva; narrativa histórica; “realismo crítico interno”.

Na esfera quotidiana muito se debate acerca das visões e narrativas criadas para a explicação de acontecimentos vividos quer no passado quer no presente. O modo como o debate é conduzido chega a ser

¹ Pós doutora no âmbito do projeto de investigação “Consciência Histórica: Teoria e Prática II”, 2006-11, financiado pela / fundação para a Ciência e a Tecnologia. Doutora em Educação e Metodologia do Ensino de História e Ciências Sociais pela Universidade de Minho/Portugal. É professora na mesma Universidade. Email: gago.marilia@gmail.com

extremado e radicalizado em posições desde o total relativismo e o total ceticismo. A validade das narrativas construídas parece ser algo de menor interesse, pois os agentes do debate apenas pretendem demonstrar as suas opiniões e como tal elas, no seu entender, valem por si sós.

No campo da ciência histórica uma das principais questões inerentes à narrativa histórica prende-se com o papel do historiador na construção dessa “face material” da História. O historiador é uma peça essencial, na medida em que lhe cabe a função de narrar explicando a reconstrução da realidade do passado. Contudo, esta tarefa demonstra-se muito complexa e abrangente, nomeadamente no que respeita a questões relacionadas com a dimensão de tempo - relações passado-presente-futuro - e com o seu papel orientador, que se entrelaça com questões como objetividade, subjetividade, criticismo e relativismo.

Concepções Idealistas

Dentro desta dimensão do papel do historiador como realizador da narrativa histórica, a discussão tem sido acesa e múltipla, como não poderia deixar de ser em História. Para Oakeshott (1933), a tarefa do historiador não é iniciada com a recolha de dados nem com uma dúvida universal. O seu trabalho árduo consiste na transformação do seu mundo de ideias, num todo à procura de coerência. Um dos problemas que se coloca prende-se com o fato de, por vezes, existir uma certa inabilidade em compreender que uma nova descoberta não pode ser simplesmente acrescentada como estando adequada a um “mundo” anterior de ideias. Esta situação só poderá acontecer se puder adequar essa nova experiência aquilo que já se conhece. Por outro lado, o caráter de uma nova descoberta/experiência não é dado nem fixo, é determinado pelo seu lugar no mundo histórico como um todo. Ou seja, cada experiência histórica é por implicação um mundo completo de experiência (OAKESHOTT, *ibid.*). O problema do pensamento histórico é ser contra-intuitivo, na medida em que procura detetar que implicações uma nova descoberta, uma nova experiência poderá ter no mundo histórico como um todo.

Com isto pretende-se demonstrar que o processo no pensamento histórico não é um processo de incorporação, antes trata-se de uma constante reconstrução, na medida em que um dado mundo de ideias é transformado num outro mundo, que é diferente do que era anteriormente. Neste sentido, considera-se que o fim explícito da História é construir cada “novo mundo” de forma coerente. Para Oakeshott (*ibid.*), a narrativa histórica é a experiência do historiador e esta experiência tem de ser vista como enriquecedora, o que a torna mais profunda, sem que com isto seja parcial ou restrita.

Partilhando esta ideia de procura de coerência, Walsh (1958) defende a ideia de coligação de acontecimentos. A coligação de acontecimentos é definida como um procedimento de explicação de um acontecimento em todas as suas relações intrínsecas com outros e a sua localização num contexto histórico. O historiador explica os acontecimentos segundo “concepções apropriadas”, tentando formar um todo coerente com os acontecimentos que estuda. Assim, há uma procura de certos conceitos dominantes ou ideias diretivas com as quais o historiador esclarece os eventos, levantando as conexões entre essas ideias, e depois de mostrar como os eventos detalhados se fazem inteligíveis à luz destas relações, reconstrói a realidade num relato “significativo” de acontecimentos do período em questão. Entende-se a História como fazendo sentido quando vista, como um todo. A razão de pensar neste sentido, vem da reflexão sobre males cometidos para servir bons motivos (WALSH, 1958).

O conhecimento é, nesta linha de pensamento, considerado como histórico não pelo fato de acontecer no tempo, mas por se tornar conhecido em relação a nós, por se repensar o mesmo pensamento que gerou a situação que se investiga, e assim a compreendermos (COLLINGWOOD, 1978). Contudo a História, quando perspetivada como a experiência do historiador, não é entendida como a autobiografia do historiador, nem como uma experiência meramente pessoal, mas como um mundo de ideias partilhado. A História visa abarcar a realidade a partir de um ponto de vista. Assim, o pensamento histórico tem de encontrar um mundo de experiência satisfatório em si mesmo.

Rubinoff (1991) sustenta que, segundo o modelo drayniano, as interpretações históricas conflituam sobre o mesmo evento histórico devido não somente à seleção dos fatos, mas também porque é condicionada por uma avaliação moral *a priori* em que os valores dos historiadores têm um papel importante. A realidade histórica não é uma paisagem simples e objetiva à espera de ser descoberta, antes é uma construção guiada por um juízo de valor, que tem a ver com o foco da responsabilidade ou um conjunto de “quasi-valores”, a que se pode chamar o “ponto de vista” do historiador (RUBINOFF, 1991). O ponto de vista do historiador encerra o seu ângulo de análise, compreensão e reconstrução da realidade em estudo. É fundamental que o historiador tenha consciência do seu mundo para que no exercício da reconstrução do passado e da criação narrativa para possa estar atento aos seus pressupostos.

Walsh (1991) apresenta os pressupostos do historiador, que no seu entender desempenham um papel importante para as diferentes formas de experienciar a História:

1. Tendência pessoal – obstáculo facilmente ultrapassável porque quando consciente, os historiadores defendem-se da parcialidade que esta provoca;
2. Pré-juízos de grupo – suposições que se fazem como indivíduos de um grupo de pertença (nação, raça, religião), sendo estes mais subtis e mais difíceis de corrigir;
3. Teorias antagónicas de interpretação histórica – relativas à importância dada a diferentes classes de fatores causais. Os historiadores empregam estas teorias, embora não o façam de forma explícita; além disso, não há um acordo entre eles sobre qual delas é a teoria mais correta;
4. Conflitos filosóficos – Crenças morais e metafísicas – relacionado com os juízos decisivos de valor que os historiadores levam para a sua compreensão do passado, e com a concepção teórica da natureza humana e o seu lugar no universo.

Quanto à possibilidade, ou não, de comparar duas interpretações - pois os conceitos de verdade e objetividade têm sentido para o próprio historiador - deve-se ter em atenção a relativa importância de variadíssimos fatores que contribuem para a construção da narrativa histórica. Pode-se reafirmar que, dentro de um quadro de divergência de interpretações, esta ou aquela narrativa histórica pode considerar-se melhor ou pior conseguida, ser mais ou menos válida, conforme forem ou não respeitados certos aspetos fundamentais como sejam o exame minucioso da evidência, a fundamentação das conclusões quando têm bons indícios de coerência e a integridade intelectual (GAGO, 2001). A narrativa histórica não é aqui entendida como expressão da simples opinião do autor. O fato de se afirmar que a narrativa histórica é a face material da interpretação do historiador significa que se entende a História como uma reconstrução do pensamento da ação humana do passado com base na evidência. Esta concepção não é semelhante à que considera a História como produto da opinião do historiador que é tendencialmente subjetiva, arbitrária e gratuita. Segundo esta posição, embora a opinião possa ser fundamentada, respeitando racionalidade, plausibilidade e inteligibilidade, ela é vista como puramente subjetiva do foro do livre arbítrio e sem suporte de evidência, o que abre caminho ao ceticismo e a uma eventual não preocupação com a objetividade (GAGO, *ibid*). Assim, a opinião é fruto da subjetividade de quem a exprime e é apenas e só, uma afirmação criada por alguém acerca de determinado assunto sem garantia de validade histórica.

A respeito dos pré-conceitos do historiador numa visão mais perspetivista, Collingwood faz notar que “todos nós trazemos as nossas próprias mentes para o estudo da história e abordamo-la com base no nosso ponto de vista, o qual é característico de nós próprios e da nossa geração.” (COLLINGWOOD apud DRAY, 1995, p.273 – tradução da autora).

Entende-se a perspetiva como uma ideia composta de um conjunto heterogéneo de considerações vistas como relevantes, uma vez que o historiador chega a diferentes conclusões quando trabalha com o mesmo assunto. A este respeito, apontam-se várias dimensões que podem contribuir para esta variabilidade de conclusões:

- a evidência disponível;
- a questão/problema, que o historiador tenta resolver – diferentes respostas são dadas a diferentes questões;
- os diferentes princípios trazidos para a investigação que influenciam as suas interpretações da evidência;
- as diferentes teorias que o historiador traz consigo e se repercutem no seu trabalho;
- os diferentes juízos de valor que as suas narrativas caracteristicamente expressam;
- os diferentes juízos de importância relativa que estruturam as suas narrativas;
- a sua posição no tempo.

Para além destas dimensões, Dray (1995) considera que Collingwood sugere que a perspetiva do historiador é válida para ele e para as pessoas que se situam como ele no seu tempo. Para Collingwood, um historiador ao investigar o passado pensa no seu objeto fora do seu próprio tempo, mesmo sendo um objeto de experiência presente. O objeto de estudo do historiador pode ser experienciado como o depois, e como o agora.

Dray (1995) considera que esta noção precisa de algumas clarificações. Deste modo, concebe que os historiadores têm de determinar “o que realmente aconteceu” e para tal terão que fazer juízos, não só com base na sua própria autoridade académica, mas também a partir do seu ponto de vista. Por outro lado, para Dray (1995), o historiador vê o passado a partir do seu ponto de vista que está preso quer a si próprio quer à comunidade para a qual escreve. No seu entender, Collingwood parecia só perspetivar a relação entre o ponto de vista e o indivíduo.

Esta conceptualização, segundo Dray, pode ser uma ameaça quando se faz a afirmação que as narrativas históricas têm e são uma função dos interesses presentes.

Mas não se poderá negar que “todos os genuínos historiadores se interessam pelo passado assim que encontram o que eles enquanto seres humanos práticos veem como temas vivos.” (COLLINGWOOD apud DRAY, 1995, p.289 - tradução da autora).

A noção de perspectiva em História vai para lá da ideia de ponto de vista. O ponto de vista é inerente à ideia de perspectiva em História, mas a perspectiva histórica ocorre quando em debate crítico, dialógico e múltiplo se tem a consciência do seu ponto de vista, dos seus objetivos na reconstrução da realidade em estudo (atendendo aos seus objetivos face ao passado e ao presente) e da sua audiência.

Debate entre o Pós-modernismo e o “Realismo crítico interno”

Visão diferente é apresentada por autores considerados como pós-modernistas. Para autores como White, Foucault e Certeau, uma representação realista do passado é impossível, pois consideram que a narrativa trata de uma realidade conceptualmente construída, ou que é um produto do discurso. Para estes autores, quando se usam construtos linguísticos para a representação da realidade, ficcionaliza-se a realidade. Neste processo de representação algo é aduzido à realidade, nomeadamente os instrumentos linguísticos usados para a representar. Os historiadores juntam às suas narrativas do passado, metáforas/ estruturas de trama, que não estavam presentes no passado em si mesmo.

Para Foucault (1998) e a maioria dos pós-modernistas, diferentes culturas lidam com diferentes concepções da realidade. Assim, só se poderá interpretar o mundo através do ponto de vista de quem estuda porque é o único que lhe pertence. Além disso, como os pontos de vista são formados pela cultura à qual se pertence, servem de lentes de interpretação e compreensão da realidade e estão presos a essas próprias culturas de origem. Nesta linha de pensamento, a interpretação e a perspectiva da narrativa é sempre etnocêntrica, tornando-se impossível compreender os outros, do mesmo modo como estes se compreendem, pois a compreensão nomeadamente do historiador em relação à realidade do passado será a compreensão do historiador de acordo com as suas próprias lentes.

Já Foucault (1998) considerava que qualquer que seja a verdade afirmada por uma narrativa histórica, esta é o produto de um discurso específico com as suas próprias verdades políticas e verdades de regime. White (1998) chega a considerar que a escrita da História é basicamente uma “metáfora extensiva”. Este mesmo autor considera que o modo como uma dada situação é configurada depende da forma como o historiador elabora a estrutura de trama com um conjunto de eventos históricos aos quais ele quer dar determinado significado. Nesta operação, afirma existir uma operação de ficção sem, contudo, retirar à narrativa histórica o seu estatuto de providenciar um tipo de conhecimento. Acrescenta ainda que, para além das estruturas pré-genéricas de uma trama através das quais um conjunto de eventos pode ser constituído como “estória” de um tipo particular, a codificação dos eventos é também uma das formas que a cultura usa para fazer sentido quer do passado pessoal quer do passado público. O objetivo do historiador é familiarizar o leitor com o não familiar e, como tal, tem de usar a linguagem figurativa e não técnica.

Em contraponto, Lorenz (1999) considera que construir a narrativa histórica não é idêntico a ficcionar, antes se trata de uma atividade cognitiva. O tipo de argumentação utilizado por White (1998) pauta-se pela ideia de que o uso da metáfora pelos historiadores permite a introdução de características ficcionais e imaginativas na sua representação da realidade. Lorenz refuta este princípio, argumentando que toda a linguagem, em qualquer área de saber tem uma dimensão metafórica.

Lorenz (1999) considera que sem o pressuposto de que existem tipos de afirmações metafóricas que podem ser verdade ou não verdade, parece ser impossível fazer sentido da distinção entre descrições do mundo verdadeiras e não verdadeiras. Neste sentido, o ceticismo pós-modernista deveria também ser cético em relação a esta distinção, que parece fundamental para compreender o mundo.

Com este quadro conceptual existe o reconhecimento da necessidade de se rever a “afirmação da realidade” como verdadeira quando confrontada com contra-argumentação válida. Nesta linha, se existe a possibilidade de rever a “afirmação de verdade da realidade”, então aceita-se a ideia de que esta não é determinada culturalmente, mas é uma parte integral do significado de argumentar e ser-se racional num sentido universal (Lorenz, 1999). Com este argumento, o ceticismo relativista parece sofrer um rude golpe.

A abordagem da narrativa histórica como ficcional, mítica e ideológica proposta por White parece fazer sentido em relação aos conceitos opostos dos quais derivam e parecem pressupor: facto, ciência, verdade. Mas, se

tudo é mítico e ficcional, a ficção e o mito tornam-se categorias vazias. Pode ser apontado, então, que os pós-modernistas que procuram os opostos conceptuais e as exclusões parecem não ter em atenção, que qualquer teoria de ideologia que conceptualmente exclui o seu oposto de verdade e conhecimento se torna vazia e incoerente. Assim, não se poderá pelo facto de a realidade ser linguisticamente representada inferir a não possibilidade de múltiplas representações verdadeiras (Lorenz, 1999).

Popper (1959) afirmara já que o facto de os cientistas não poderem provar empiricamente a verdade das suas afirmações, nomeadamente na História, não significa que a sua argumentação não seja verdadeira. As afirmações científicas tentam constantemente estar próximas da verdade. Por outro lado, existe sempre a procura de “falsas” verdades para serem eliminadas mas, mais uma vez, sem o seu oposto a falsificação não faria sentido.

Os pós-modernistas apresentam dois tipos de argumentos em relação à não possibilidade de objetividade nas narrativas históricas:

1. os quadros conceptuais relacionados com a ciência e a epistemologia são condicionados e relativos a culturas particulares – etnocentrismo;
2. as produções de conhecimento são condicionadas e relativas a particulares e a “políticas de conhecimento”.

Este tipo de argumentação parece ter por base a ideia que o conhecimento e a verdade não podem ser afirmados universalmente como válidos, porque quer o conhecimento quer a verdade são vistos em termos particulares de cultura, classe, género ou como servindo interesses. Todas as afirmações contêm ideologia e articulam-se com determinado interesse. Este quadro conceptual foi apresentado e defendido por Nietzsche (1968) e Foucault (1998), nomeadamente a questão do etnocentrismo que aparece com especial relevo em Foucault. Com efeito, esta visão sobre o etnocentrismo parece demasiado redutora já que em todo o mundo existem ideias que são aceites e compreensíveis para todos, independentemente do género, da cultura ou da classe. Em vez de uma limitação, esta dimensão da compreensão histórica pode ser entendida como um ponto de vantagem, na medida em que permite a múltipla perspetividade sobre a mesma realidade e permite um *insight a posteriori* válido.

A este respeito, segundo Lorenz (1999), as teorias modernas de interpretação da realidade apontam três características relativamente à interpretação e, por extensão, à narrativa histórica, a saber:

1. a interpretação é um processo holístico e circular, isto é, todas as interpretações requerem uma projeção do significado do objeto interpretado através do qual o intérprete começa a interpretar. O historiador ao construir a sua narrativa histórica tem de a projetar em relação à realidade histórica que interpreta, e é através da evidência histórica desta que faz as suas inferências;
2. a interpretação requer conhecimento tácito e/ou uma tradição através da qual o intérprete pode derivar as projeções de significado. O historiador para as suas inferências de significado entra necessariamente com o seu conhecimento tácito e a sua tradição de conhecimento, pois para compreender precisa de atribuir significados à realidade. Este processo é um processo recíproco entre intérprete e *interpretandum* como Gadamer (1998) os fundiu;
3. a interpretação e, conseqüentemente, as narrativas históricas são:
 - a. parciais – não pode haver interpretação/narrativa histórica completa de nada;
 - b. perspetivadas – toda a interpretação/narrativa histórica é realizada a partir de um ponto de vista. Mas têm de ser construídas em criticismo plural e de forma dialógica para não serem apenas pontos de vista;
 - c. provisórias – toda a interpretação/narrativa histórica é aberta a revisões.

Nas controvérsias históricas explícitas aparecem implícitos juízos normativos que conflituam e, quando abertos ao criticismo, podem abrir os horizontes da Humanidade. Então, as perspetivas normativas dos historiadores são melhor argumentadas em situação de abertura.

Para os pós-modernistas, o etnocentrismo não permite ao indivíduo a compreensão do outro, pois como o historiador é fruto de determinadas condições culturais e tradicionais estas são os seus limites conceptuais, ou seja, ele é prisioneiro da sua própria tradição cultural. Por outro lado, colocando-se o foco na terceira característica de interpretação apontada anteriormente, nomeadamente no que se prende com a provisoriade da interpretação, estes autores consideram ser impossível falar-se de uma perspetiva mais válida, porque para esse juízo seria necessária uma metaperspetiva que permitisse o juízo em relação às perspetivas particulares. O facto de as interpretações e as narrativas históricas mudarem através do tempo não implica que este processo de interpretação não deva, e não seja guiado por critérios epistemológicos intersubjetivos de forma coerente e concretizáveis (LORENZ,1999).

Na linha de pensamento de Foucault, contrariamente à ideia Iluminista de que o conhecimento liberta, a verdade é dominadora e um veículo de poder. Contudo, pelo facto de se negar a possibilidade de verdadeira representação objetiva por parte da ciência, relacionando-se a verdade a um nível conceptual com o poder, toda a ciência se torna ideologia, e vice-versa. Ciência e ideologia aparecem então como categorias vazias.

“Se não conseguimos discriminar conceptualmente entre fazer amor ou fazer – e afirmamos que todas as relações humanas são relações de poder – então o que Podemos dizer a não ser que na noite de poder de Foucault todos os gatos são indiscriminadamente cinzentos?” (LORENZ, 1999, p. 577- tradução da autora).

O facto de o conhecimento ser produzido em situações específicas não implica que a validade do que é proferido seja relativo só a essa situação. Os historiadores na prática são perfeitamente capazes de transcender os seus pontos de vista originais, e construir (auto e hetero) crítica e dialógicamente uma perspetiva historicamente válida.

Nos estudos históricos sobre a realidade do passado, diferentes leituras e interpretações podem ser combinadas numa conceção mais ampla e abrangente da problemática da historiografia, da História.

LaCapra (1998) apresenta 5 abordagens de leitura do passado que são relevantes na prática da História:

- 1- A leitura negada ou reprimida;
- 2- A leitura sinóptica;
- 3- A leitura desconstrutiva;
- 4- A leitura redentora;
- 5- A leitura dialógica.

No primeiro tipo de leitura, a preocupação dominante é a de escrever os resultados da pesquisa extensiva, transcrever o que é dito nas fontes de arquivo. A crítica de fontes é limitada à validação e autenticidade dos documentos. Entre várias virtudes deste modo de fazer História, o autor salienta a pesquisa extensiva com base na preocupação meticulosa na afirmação e validação empírica constatativa (Ranke). Como limitações, aponta-se o confinar da compreensão histórica a um modelo restrito, constatativo, analítico-empírico e sem demonstrar preocupação por uma teoria crítica e autocrítica. LaCapra (1998) considera que este modo de produzir História quase que se assemelha a uma caricatura, embora este tipo de abordagem tenha sido utilizado até à década de 1960. Partilha-se a sua preocupação de este modo de fazer História não estar muito distante do “nosso tempo” e do “nosso espaço”. Parece também que esta realidade não é tão distante quanto a apontada por LaCapra no que respeita ao modo de aprender História.

Uma outra forma de leitura e construção da História, segundo o mesmo autor, pode ser designada por leitura sinóptica. Este tipo de abordagem tem como meta principal fazer derivar informação útil dando significado aos documentos, desenvolvendo algumas teses sobre um fenómeno para o qual documentos específicos contribuem primariamente como ilustração ou evidência. Neste tipo de leitura é desejável a insistência na pesquisa, substanciar empiricamente as afirmações e fazer-se uma cuidadosa distinção entre afirmações empíricas e outras mais especulativas. Este tipo de abordagem de leitura da evidência histórica e construção da História continua num nível básico estando muito preocupada com o significado, a referência, inibindo aventuras mais interpretativas da realidade histórica.

Em oposição e talvez reação a toda esta preocupação de fundamentação empírica das afirmações históricas, surge a leitura da realidade histórica desconstrucionista. Este movimento desconstrucionista tem sido mais proeminente no criticismo literário e lentamente, tem ganho adeptos na História. Foucault é um dos autores da História adeptos do desconstrucionismo, cuja atenção está cravada no jogo enigmático do significar que, em última análise, pode tornar-se arbitrário, ou seja, um jogo livre. Esta visão no seu extremo resulta num reducionismo contextual considerando-se virtualmente que tudo é para ser encontrado como nuance e próximo do leitor.

Em contraponto a este ponto de vista de omissão da realidade histórica, a não ser no pensamento do historiador que a escreve, pode-se argumentar que as diferentes leituras históricas devem ser analisadas em contexto. Presta-se atenção ao carácter subjetivo, ao ponto de vista do historiador, mas esta situação não tem que implicar a afirmação da não possibilidade de conhecimento da realidade histórica, ou conceptualizá-la tão só como do foro “imaginário presente” do historiador.

Uma das grandes preocupações e funções da História é atribuída ao seu papel formativo, orientador da prática do humana. A leitura redentora, como é apontada por LaCapra (1998), prende-se com o reconciliar do uso convencional da contextualização com o total significado do texto ou experiência. É permitido ao intérprete uma tentativa de captura de sentido em contexto de uma realidade passada. Contudo, este ato redentor é tipicamente o

que se deseja no presente e as figuras do passado tendem a tornarem-se peças que incorporam valores contemporâneos. Neste tipo de leitura da realidade do passado, os historiadores e teóricos numa posição extrema aplicam à História um modelo especulativo de dialética, concebendo o fenómeno passado como “transcendente” no tempo e com perdas recuperáveis. Ou seja, aproxima-se de um passado pedagógico, de uma lição uma vez que se conceptualiza o fenómeno histórico como “imortal”, intemporal.

Esta abordagem da História parece aproximar-se do que Oakeshott (1933) referia como “passado prático”, e não com o passado histórico. Tende a existir a preocupação de procurar no passado o que faz “falta” no presente e não de olhar o passado por si e em si mesmo.

Finalmente, LaCapra (1998) propõem uma leitura dialógica da História e do passado. Este tipo de leitura assenta na distinção possível entre reconstrução precisa/cuidadosa de um objeto de estudo e a partilha desse objeto. Nesta relação recíproca de pesquisa e partilha dialógica, o objeto de estudo é construído em e através de “elos” com o passado, bem como com os inquiridores do presente. Ou seja, a partilha entre os diferentes historiadores é constitutiva da pesquisa, pois ajuda a formular várias questões ao passado e a estabelecer um contexto contemporâneo, o qual deve ser criticamente elucidado e não reprimido, ou relegado, para uma posição secundária. Neste tipo de leitura do passado, reconhece-se que existe de algum modo uma projeção do presente no passado, ao mesmo tempo que o objeto de investigação representa uma preocupação para o seu investigador, pois este coloca-lhe questões que estão ligadas a valores significantes. Parece surgir daqui o que LaCapra (1998) designa por objetividade *post*-desconstrutiva, isto é, tentar confirmar a projeção no passado e preveni-la de se tornar unilateral, pois tal situação não seria mais do que um retrocesso narcisista. Devem-se empregar técnicas de contextualização usando a pesquisa metodológica e a tentativa de fazer afirmações substanciadas empiricamente. Neste sentido, esta leitura dialógica não postula antinomias entre leitura e interpretação, hermenêutica e *poesis*, antes traz à luz estas relações como problemáticas que o são, tentando dar resposta às possibilidades e significados do passado, e a sua relação com o presente e o futuro. Assim, confronta-se com o problema de que a voz e a posição face ao passado têm implicações para, e no presente e futuro.

Em suma, segundo La Capra a “leitura” do passado pode partir de uma posição:

1. de negação, em que jogam noções de objetividade pura positivista;
2. de repressão, onde o carácter subjetivo dos valores é reprimido, mas surge de forma camuflada;
3. de ação sobre, em que ocorre a re-escrita ativa do próprio historiador – a realidade está na escrita do historiador;
4. de trabalhar através, isto é, ter uma abordagem de metareflexão: uma partilha dialógica com o passado que é criticamente controlado a várias vozes (por múltiplos pontos de vista).

Esta preocupação metahistórica parece ser o caminho para ultrapassar as dicotomias exacerbadas e a procura incessante de convergências, consensos. De resto, sublinha-se que, para alguns autores, como Martin (1998) a convergência, nos estudos históricos “é ou no mínimo deveria ser um pesadelo.” (MARTIN, 1998, p.393 – tradução da autora).

O progresso que deve ser pretendido nos estudos históricos vai no sentido de um crescimento de compreensão histórica, logo é preciso ter algum cuidado e limitar a preocupação daquilo que se designa por convergência interpretativa das narrativas históricas. Neste sentido, os estudos históricos não se devem orientar a si próprios para a convergência interpretativa, para uma só grande narrativa sintética. Martin (1998) considera, que com o passar do tempo as interpretações de vários tipos se têm tornado cada vez mais precisas, mais abrangentes, melhor equilibradas e melhor justificadas. Esta situação deve-se ao facto de alguns erros das interpretações anteriores terem sido corrigidos de forma cumulativa. Por outro lado, além de serem tomados em linha de conta diferentes influências causais, diferentes tipos de perspetivas e estruturas explicativas, as narrativas têm-se tornado cada vez mais inclusivas e cada vez menos parciais. A melhor justificação parece ser conseguida face à variedade de evidência e aos cuidados cada vez mais sofisticados para se aceder a esta. Logo, a compreensão histórica envolve a multiplicidade.

Encontram-se exemplos deste “caminho” da História, em Portugal. Num congresso realizado no final do século XX, foi apresentada a perspetiva narrativa de um historiador indiano, Sanjay Subrahmanyam relativamente à chegada de Vasco da Gama a Índia em 1498. Esta narrativa apresenta uma reconstrução dos acontecimentos perspetivada de forma distinta dos historiadores portugueses. Assim, enquanto os historiadores portugueses consideravam que o Samorim tinha recebido Vasco da Gama com uma postura hostil, o historiador indiano entende que a posição do Samorim é compreensível, se for tido em atenção que os Portugueses, nesse primeiro contacto, demonstraram também desconfiança, pois enviaram a terra um degredado “dispensável” e as ofertas portuguesas

eram quase “insultuosas” para este povo evoluído. Face a esta diferente perspectiva, as reações não se deixaram de sentir por parte de alguns historiadores portugueses. Contudo, este momento parece poder ser considerado como um marco importante na historiografia nacional, na medida em que, no período pós Exposição Internacional de Lisboa de 1998 (Expo-98) e este Congresso, denotou-se no discurso historiográfico português uma tentativa de maior diálogo e criticismo plural, e por tentativa repensar os acontecimentos históricos em diferentes ângulos (GARCIA, 1999).

Alguns autores consideram que a maior sofisticação metodológica deveria conduzir à convergência e consenso. Martin (1998) em dissonância considera que esta sofisticação entra em jogo com a compreensão histórica, logo com o *focus* interpretativo. No seu entender, o *focus* interpretativo justifica o facto de, no mesmo segmento de tempo, duas tradições de explicação face ao mesmo fenómeno discordarem na sua explicação. Este é um dos aspetos que inibe a convergência interpretativa. Outro aspeto prende-se com o significado dos eventos, na medida em que autores com a mesma polaridade interpretativa podem ter diferentes formas de contextualizar os mesmos eventos. Ou seja, ponto de vista do historiador, o seu ângulo de visão, pode mudar a forma de narração.

A necessidade de convergência interpretativa parece estar fora de questão, mas isto não significa uma falha de progresso nos estudos históricos, pois com a controvérsia entre as diferentes interpretações pode existir progresso na compreensão histórica caminhando-se para a construção de perspetivas históricas mais válidas.

Novas propostas aparecem neste debate epistemológico, afirmando a necessidade de se considerar a História e a narrativa à luz do que se designa por realismo interno. Esta perspetiva defende que a dimensão normativa da História não pode ser eliminada, e que esta é necessária para a justificação racional, (LORENZ, 1998). Numa conceção objetivista baseada no ideal clássico de neutralidade, o método histórico é visto como um filtro entre a verdade e a não verdade. Se se partilhar este quadro conceptual torna-se difícil compreender o facto de os historiadores não concordarem com os factos e as relações que estabelecem entre estes.

Face a estas dúvidas parte-se para uma outra reação extremada, relativista. A história não é considerada como uma disciplina científica sendo vista como uma forma de “arte individual”, um “ato de fé”, uma “expressão da cultura”. Assim sendo, não pode ser racionalmente justificada.

Numa abordagem de relativismo clássico, a impossibilidade de representação objetiva era justificada no facto de o historiador como pessoa ser necessariamente seletivo, existem pré-juízos, isto é, um determinado ponto de vista. Com o advento do relativismo pós modernista esta justificação focaliza-se na linguagem do historiador, como já explicitado. Nesta linha relativista, pode-se afirmar que se um autor levar o ceticismo ao extremo então cairá no silêncio: é melhor não dizer nada do que colocar as mãos nas ilusões da representação histórica.

Quer as abordagens mais objetivistas quer as mais relativistas parecem partilhar dois pressupostos fundamentais:

1. a busca de consensos, parece ser a marca da cientificidade;
2. a racionalidade pode ser explicitada por método formal.

Para Lorenz (1998) quer alguns objetivistas quer alguns relativistas pressupõem a necessidade de existência de um consenso e quando este não é possível concluem que o conhecimento não é científico. Assim, quer uma perspetiva quer outra não consegue explicar o porquê dos historiadores se envolverem em discussões. Com base nesta dicotomia, a moderna epistemologia respondeu ao ceticismo relativista através de uma abordagem designada por contextualista e “fabulista”. Esta abordagem leva a uma posição mais construtiva do que o relativismo cético. Assim, os contextualistas reconhecem que todo o conhecimento é relativo a contextos epistémicos específicos que têm de ser tidos em linha de conta. Por seu turno, os “fabulistas” consideram que todo o conhecimento é sujeito a correções e é hipotético, na medida em que não existe uma firme fundação do conhecimento.

Embora estas abordagens face ao conhecimento sejam mais construtivas do que o relativismo cético, continuam sem resolver a questão da justificação do conhecimento, na medida em que o foco é colocado na argumentação dos historiadores para as suas afirmações e refutações de narrativas que competem entre si. Surge daqui a questão: qual o tipo de argumentação que pode ser e é utilizado?

Para o idealismo narrativo de Ankersmit (2001) e o idealismo linguístico de White (1998), o objeto da História é formulado pelo historiador e falha no referencial a um objeto real. Propõem a existência de mais do que uma teoria “verdadeira” ou descrição do mundo. A “verdade” é um tipo idealizado de aceitabilidade racional, uma coerência ideal das crenças humanas, uns com os outros e com a sua experiência. Portanto, existem só vários pontos de vista de pessoas atuais refletindo vários interesses e propósitos. A relação entre linguagem e realidade deve ser interpretada como relativa e interna a um campo conceptual específico. Assim, o ponto de partida é o de que todo o conhecimento é mediado através da linguagem, com um campo de referências de uma certa descrição. As

descrições incorporam os pontos de vista através das quais a realidade é observada. Deste modo, as afirmações factuais e a sua verdade variam conforme o seu campo de descrição, logo o consenso em História não é garantido. Lorenz (1998) considera que se faz uma reconstrução da realidade do passado e neste processo de argumentação é crucial o papel da evidência histórica.

Mas, para lá do objetivismo e do relativismo reconhece-se a presença da discórdia racional na ciência, a existência fundamental e não redutível da pluralidade de perspectivas (Lorenz, 1998).

Este autor apresenta uma nova visão em relação a estes problemas designada por “realismo interno”. Como pressuposições básicas desta perspectiva salienta-se:

1. a realidade existe independentemente do conhecimento desta;
2. as afirmações e as teorias referem-se a essa realidade cuja existência é independente das representações.

Estas duas pressuposições conflituam diretamente com as noções defendidas pelo relativismo quer clássico quer pós-modernista. Contudo, esta interpretação realista do conhecimento científico encara problemas:

- a História da ciência caracteriza-se por uma conceptualização de descontinuidade, portanto não pode existir uma correspondência direta entre afirmações científicas e realidade;
- os conceitos científicos mudam no tempo de forma descontínua, mas embora as entidades linguísticas possam mudar as entidades reais são invariantes (LORENZ, 1998).

Este último problema que se prende com as entidades linguísticas aparece em contraste com as noções de idealismo quer narrativo quer linguístico, já referenciados.

As questões de correspondência e referencialidade à realidade surgem porque os realistas supõem a possibilidade de conhecimento baseado na capacidade de verdade. A verdade é por estes entendida como a possibilidade de as afirmações corresponderem à realidade, e considerarem existir a capacidade de adequar conceitos às entidades reais. Portanto, a correspondência de verdade e referência são entendidas a partir e relativamente a campos de referência conceptuais específicos. Neste sentido, “o que é verdade ou real” é sempre dependente e interno ao campo linguístico específico no qual a realidade é descrita. Quando a verdade é conceptualizada deste modo adquire um significado de tipo idealizado de aceitabilidade racional. Esta aceitabilidade prende-se com um tipo de coerência ideal das crenças e com a experiência, isto é, como essas experiências são representadas no sistema de crenças (LORENZ, 1998). Não se conclui daqui, à semelhança dos pós-modernistas, que a linguagem é opaca e não capaz de corresponder à realidade.

O ponto de partida do “realismo crítico interno” é a ideia que o conhecimento é mediado pela linguagem. Deste modo, a realidade é conceptualizada como a realidade com um campo de referências de uma descrição explicativa - narrativa. As narrativas incorporam os pontos de vista e as perspectivas através das quais a realidade é observada, e estas pertencem ao campo de referência de descrição e não à realidade em si mesma.

Face a este quadro, pode-se considerar que os historiadores constroem uma perspectiva dentro de perspectivas. Esta dimensão explica o porquê de, ao olhar para a mesma realidade, diferentes historiadores possam fazer diferentes afirmações e as apontem como verdade. Deste modo, não há garantias de consenso em História. Tal ocorre devido nomeadamente, ao facto de as afirmações e a sua verdade variarem conforme o seu campo de descrição.

“Então o mero fato de a verdade em ciência não ser uniforme e uma não deve preocupar os historiadores ou forçá-los a conclusões céticas ou relativistas acerca do estatuto científico da história. [...] O mérito de qualquer afirmação particular verdadeira em história não deve ser julgado pelos filósofos da história mas pelos próprios historiadores.” (LORENZ, 1999, p. 355).

Na mesma linha, Haskell (1998) considera que dois autores podem fazer afirmações muito diferentes mesmo em oposição, em defesa da mesma posição porque têm estimativas diferentes sobre onde a sua audiência corrente se situa. Existe a preocupação de saber o que os membros da comunidade precisam de ouvir, para os orientar para uma direção desejada.

Entende-se a objetividade como a expressão de assuntos intelectuais, da dimensão estética da vida e, deste modo, não é só comum para toda a cultura, como também é um elemento dessa cultura, não podendo ser reduzida a objetividade à neutralidade.

Para que a História se afaste da propaganda é requerido um distanciamento da própria percepção e convicções, e da capacidade estética de modo a imaginar como o mundo aparece noutros olhares para,

experencialmente, adotar perspectivas que não apareceriam naturalmente. Uma visão do mundo em que nós próprios não sejamos o centro, mas apareçamos meramente como um objeto entre muitos.

Esta abordagem em relação ao mundo, de uma constante insatisfação em relação à visão, ao ponto de vista, que aparece inicialmente para a compreensão deste, surge como proporcionador de uma formulação mais inclusiva, menos autocentrada e de distanciamento, que pode constituir-se como o cerne de objetividade. Este distanciamento socializa e desparaoquializa o trabalho do intelecto através do criticismo mútuo, que leva a uma mais completa, menos idiossincrática visão, que os humanos sejam capazes de construir (HASKELL, 1998). Assim, defende-se objetividade mantendo-se o mínimo respeito pelo *overcoming* (superação), pelo distanciamento, honestidade e justiça, que permitem a atividade intelectual possível, e não o descompromisso com a vida entendido por outros como objetividade.

Os seres humanos invocam um ideal de objetividade quando escolhem entre interpretações que conflituam, confiando que elas não são só simplesmente diferentes, mas pressupondo que uma interpretação é mais válida do que outra como representação da forma como a realidade foi.

Por outro lado, e segundo Lorenz (1999), porque os humanos tendem a estar interessados na forma como o seu passado é apresentado em narrativa, tendem a valorizar determinadas perspectivas. Isto é, as narrativas podem ser verdadeiras, mas não aceites porque conflituam com a concepção de identidade da audiência a que se reportam. Deste modo, a escrita da História preserva um carácter prático e normativo.

White (1998) numa perspectiva relativista considera que os historiadores partilham com a sua audiência certos pré-conceitos em resposta a imperativos, que geralmente são extra-históricos, ideológicos ou míticos. Assim, considera existirem diferentes mitos históricos: o mito romântico; o mito cómico; o mito trágico e o mito irónico. Nesta perspectiva, as situações históricas não são inerentemente trágicas, cómicas ou românticas. Têm este cariz porque são conduzidas, isto é, são tecidas nesse sentido.

Reforça-se que as narrativas históricas fazem a ligação com o não familiar e ao fazê-lo têm que ter como pano de fundo certos pré-conceitos e tramas, que devem ser vistos à semelhança da literatura (WHITE, 1998).

Com base no campo de referência de “realismo interno”, a questão da racionalidade das discussões históricas deve ser encarada em abertura para se tornar compreensível. A este respeito, Lorenz (1998) apresenta três passos:

1. demonstrar a relatividade da divisão entre o domínio dos factos e dos valores;
2. revelar a multiplicidade das funções de linguagem na base da linguística geral;
3. introduzir a noção de “horizonte de expectativa”, como um elo de ligação entre o discurso atual e o normativo.

Este quadro conceptual ultrapassa a divisão auto-evidente entre factos e valores apresentada quer pelo objetivismo quer pelo relativismo. Considera-se que esta divisão não pode ser usada como argumento para manter a dimensão normativa fora de discussão. O “realismo interno” considera não só que a linguagem tem uma função de mediadora da representação da realidade, mas também que tem uma função pragmática como meio de comunicação. Todo o uso da linguagem é considerado como uma forma de interação social. Relativamente a este ponto, objetivismo e relativismo pressupunham que a função normativa da linguagem excluía a função representativa. Esta situação ocorria como consequência da divisão não ultrapassável entre juízos de facto e juízos de valor. Lorenz (1998) refere-se a este problema da dimensão normativa como tendo sido usualmente identificado como um problema de “neutralidade ética”. Diferentes respostas foram dadas para ultrapassar este problema: os empiricistas apelavam a uma mente vazia do historiador; os relativistas veem a historiografia como ideológica.

Reconhece-se, pelo “realismo interno”, que a linguagem do historiador é capaz de preencher quer funções representativas quer normativas. Por outro lado, aponta-se a noção de “horizonte de expectativa”, como uma forma de elucidar o pluralismo, a ausência de consenso, pois considera-se que o historiador que reconstrói o passado não o faz no vácuo, mas com uma audiência particular em mente. Assim, a multiplicidade de perspectivas, também pode ser justificada pelo lado consumista da historiografia. O historiador procura em última análise, a verdade relevante, a narrativa relevante. “Claro que os historiadores não vivem numa ilha deserta. São sensíveis aos interesses e problemas da sociedade em que vivem.” (MEYERHOFF, 1959, p.294 – tradução da autora). Em concordância “Eu afirmo que os historiadores têm uma dupla tarefa: tem de fazer justiça à sua evidência histórica e ao mesmo tempo cumprir o seu dever com os leitores.” (WALSH, 1958, pp.141-142 – tradução da autora).

Com esta ideia aponta-se que os leitores não querem só um recital do que aconteceu, mas também uma orientação que os próprios leitores compreendam. Perspetivando-se a narrativa como só “estória”, esta envolveria,

na visão de Carr (1998), não só a sequência de eventos, mas também três pontos de vista distintos: o do contador da estória, o da audiência e o dos protagonistas. Nesta abordagem, o ser humano como participante e agente da sua própria vida é forçado a nadar ao sabor dos eventos e a aceitar este processo de uma forma passiva. Existe um constrangimento do presente, negando-se a possibilidade retrospectiva e prospectiva do próprio contador da estória. Para Carr (1998), a real diferença entre “arte” e “vida” não é a organização *versus* o caos, nem a ausência na vida de um ponto de vista que transforma os eventos numa “estória” para os contar. A chave apontada é a negligência do que pode “vir” como que confinado ao presente. Partilhando-se neste ponto a posição de Carr (1998), conceptualiza-se o presente como um ponto de vista, que dá acesso ao passado e ao futuro. Mesmo na experiência mais passiva da realidade, como ouvir uma música, o ser humano rechama determinadas experiências e configura um futuro, dando a essa experiência um sentido. A ação parece envolver a adoção de uma perspectiva do presente como um futuro-retrospectivo antecipado.

A narrativa parece ser concebida como social, na medida em que se considera que a estrutura social de tempo pode ser chamada de estrutura narrativa. Tal ocorre não só devido ao mesmo tipo de aproximação e configuração, mas porque esta estrutura é tornada possível através de um tipo de flexibilidade, que é comparável a uma voz narrativa. Assim, a sequência temporal é vista num alcance prospectivo-retrospectivo. As narrativas são vistas não como saídas da estrutura dos eventos que representam, não como uma distorção ou transformação radical destes, mas como uma extensão das suas características primárias (CARR,1998). Este carácter social prende-se também ao facto de se considerar que este processo narrativo de expressão prática de uma comunidade se torna numa narrativa de segunda ordem ou metahistórica, cujo interesse é primariamente cognitivo, alargando-se as perspectivas de possibilidades humanas.

Algumas considerações

Na atualidade e no nosso quotidiano assistimos à proliferação de construção de narrativas que não são questionadas, antes são aceites numa lógica de quantidade, ou seja, se muitos aceitam e partilham determinada narrativa é porque esta é a verdade. No trabalho historiográfico não é pela quantidade que se pode validar qualquer fonte de informação ou narrativa. Portanto, em História lida-se com todo um aparato intelectual e metodológico específico na reconstrução, com base em evidência histórica, da realidade com vista à criação de uma explicação narrativa mais fiável, mais inteligível e mais plausível, mesmo que se tenha de “contar” uma história que se preferia não contar.

Neste sentido é importante compreender que a História não é um campo de opinião subjetiva tecida com objetivos e interesses pré-existentes e particulares, que procura a sua fundamentação em parcelas ou fragmentos de evidência histórica, numa lógica de procurar no passado aquilo que pode justificar algo no presente, nem que para tal, force a realidade do passado para esta se adequar aos seus interesses. Por outro lado, o ponto de vista é inerente ao ser humano e, como tal, ao historiador que reconstrói a realidade que estuda. Mas, é também inerente ao ofício do historiador a reflexão e a consciencialização do seu ponto de vista para que consiga em diálogo crítico, plural e mútuo ir para lá do seu ângulo de visão e seja capaz de tecer a sua perspectiva em conversa(s) com outras perspectivas, de forma a procurar neste diálogo uma maior validade da sua proposta de compreensão e reconstrução do passado, que é naturalmente provisória.

O desenvolvimento do pensamento histórico tem de caminhar neste sentido de maior complexificação da compreensão da realidade seja ela passado ou presente, tendo em atenção, também, os horizontes de expectativa que se anteveem. A História permite que a tomada de decisão no presente e que tem repercussões no futuro possa ser mais cognitiva, mais consciente do que emocional e subjetiva. Assim, no campo da educação histórica devem ser propostos desafios que promovam o debate aberto da multiperspetiva histórica. O estudo de uma história consensual ou convergente é a negação do carácter da própria ciência histórica, que ao estudar o ser humano tem de ser, inclusivamente pelo seu objeto de estudo, diversa, multifacetada e multiperspetivada. Contudo, as narrativas não valem todas de igual forma. Estas têm de ser históricas e, portanto, seguirem os princípios da metodologia da ciência histórica, pois a reconstrução da realidade não se trata apenas de uma opinião e não pode ficar-se pela assunção/justificação de um ponto de vista. A validade histórica é construída no criticismo mútuo, e desta forma, constrói-se a História que é legitimamente multi e interperspetivada.

Bibliografia

- ANKERSMIT, Franklin. "The sublime dissociation of the Past: or how to be(come) what one is no longer. In **History and Theory - Studies in the Philosophy of History**. Vol.40, nº3 USA: Wesleyan University, p. 295-323, 2001.
- CARR, David. "Narrative and the real world: na argument for continuity". In Fay, B., Pomper, P., Vann, R. (Eds). **History and Theory Contemporary Readings**. UK: Blackwell Publishers, p.136-151, 1998.
- COLLINGWOOD, Robin George. **A ideia da História**. Lisboa:Editorial Presença, 1978.
- DRAY, Wiliam. **History as Re-Enactment: R. G. Collingwood's Idea of History**. UK: Oxford University Press, 1995.
- GAGO, Marília. **Concepções dos alunos acerca da Variância da Narrativa Histórica** – Um estudo com alunos em anos iniciais do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho, 2001.
- GARCIA, José. **A Viagem de Vasco da Gama à Índia 1497-1499**. Lisboa: Academia de Marinha, 1999.
- MARTIN, Raymond. "Progress in Historical studies". In Fay, B., Pomper, P., Vann, R. (Eds). **History and Theory Contemporary Readings**. UK: Blackwell Publishers p.377-403, 1998.
- MEYERHOFF, Hans. **The Philosophy of History in Our Time: An Anthology Selected, and With an Introduction and Commentary**. USA: Doubleday Anchor Original, 1959.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir** - Nascimento da prisão. 13ª ed. Petrópolis:Vozes, 1998.
- GADAMER, Hans George. **O problema da consciência histórica**. Gaia: Estratégias criativas, 1998.
- HASKELL, Thomas. "Objectivity is not neutrality: rhetoric vs practice in Peter Novick's That Noble Dream." In Fay, B., Pomper, P., Vann, R. (Eds). **History and Theory Contemporary Readings**. UK: Blackwell Publishers, p.163-183, 1998.
- LaCAPRA, Dominick. "History, Language and reading: waiting for crillon. Fay, B., Pomper, P., Vann, R. (Eds). **History and Theory Contemporary Readings**. UK: Blackwell Publishers, p.90-118, 1998.
- LORENZ, Chris. "You got your history I got mine. Some reflections on truth and objectivity in History." **Centre for the Study of Historical Consciousness**, University of British Columbia, Vancouver, B.C., 1999 [<http://www.cshc.ubc.ca>. (20/09/2003)]
- LORENZ, Chris. "Historical knowledge and historical reality: A plea for "Internal Realism"". In Fay, B., Pomper, P., Vann, R. (Eds). **History and Theory Contemporary Readings**. UK: Blackwell Publishers, p.342-376, 1998.
- NIETZSCHE, Friedrich. **The will to power**. New York: Vintage Books Edition, 1968.
- OAKESHOTT, Michael. **Experience and Its Modes**. UK: Cambridge University Press, 1933.
- POPPER, Karl. **The Logic of Scientific Discovery**. London: Hutchinson & Co, 1959.
- RUBINOFF, Lionel. Introduction. W. H. Dray and the critique of historical thinking. In Van der Dussen, W. J. and Rubinoff, L. (Eds.), **Objectivity, method and point of view: essays in the philosophy of history**. Leiden: E. J. Brill, p. 1-11, 1991.

WALSH, William Henry. **Introducción a la filosofía de la historia**. México: Siglo Veintiuno editores, 1991.

WALSH, William Henry. **An Introduction to Philosophy of History**. London: Hutchinson University Library, 1958.

WHITE, Hayden. The historical text as literary artifact. In Fay, B., Pomper, P., Vann, R. (Eds). **History and Theory Contemporary Readings**. UK: Blackwell Publishers, p.15-33, 1998.

Recebido em 11/06/2020

Aceito em 6/08/2020